



Avaliação e Educação Infantil

**Um olhar sensível e
reflexivo sobre a criança**

Jussara Hoffmann

24ª Edição

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida
ou duplicada sem autorização expressa da Autora.

Todos os direitos desta edição reservados à

© by Jussara Hoffmann, 2024

Printed in Brazil/Impresso no Brasil

Para Marina, Camila, Maria Alice,
Maria Júlia e Lily, minhas amadas netinhas.
Que recebam em sua infância, assim como todas as crianças,
amor, respeito e liberdade, essenciais a um futuro feliz.

Sumário

Apresentação.....	9
1. O que é avaliar?.....	13
Observação, reflexão e mediação.....	17
Por que avaliação “mediadora”?.....	19
2. Avaliar na Educação Infantil?.....	23
Um olhar sensível e reflexivo sobre a criança.....	25
Mãe, eu não ganhei “toda” a maçã.....	27
Acompanhando avanços e singularidades.....	29
3. Acompanhando o desenvolvimento infantil.....	33
Ações favorecedoras do desenvolvimento.....	38
O que se vê e o que se deixa de ver nas crianças.....	42
Avaliando o processo de construção do conhecimento.....	45

4. Os elos da corrente: observação, diálogo, reflexão.....	47
Observar para julgar ou para desafiar?.....	51
O acompanhamento reflexivo.....	58
5. Planejamento e avaliação.....	67
O que as crianças “precisam” aprender e o que elas “querem” aprender.....	69
Definindo-se objetivos.....	70
6. Compondo o cenário educativo.....	75
O que compõe o planejamento na Educação Infantil?.....	75
Os projetos pedagógicos e a avaliação mediadora.....	77
7. Qual o papel do professor ao avaliar?.....	83
O olhar avaliativo é interpretativo.....	86
Observa-se para compreender e orientar.....	90
Nunca um dia é igual ao outro.....	93
8. Pareceres descritivos ou relatórios de avaliação?.....	97
Por que não “pareceres descritivos”?.....	97
Relatórios individuais: a história da criança.....	104
A importância dos relatórios para o aprimoramento docente.....	111

9. A elaboração de portfólios e relatórios de avaliação.....	117
Sobre os portfólios.....	117
O que se relata das crianças?.....	120
Analisando relatórios.....	122
10. Relatórios gerais da ação pedagógica.....	139
Concluindo sem finalizar.....	145
Referências e sugestões de leitura.....	147

Apresentação

Acompanhar a criança em seu desenvolvimento exige um olhar teórico-reflexivo sobre seu contexto sociocultural e manifestações decorrentes do caráter evolutivo do seu pensamento. Significa respeitá-la em sua individualidade e em suas sucessivas e gradativas conquistas de conhecimento em todas as áreas.

Considerando-se que as crianças desenvolvem-se de forma aceleradíssima em termos da oralidade, da evolução motora e de novas descobertas, em tempos e em aspectos muito diferentes de uma criança para outra, a avaliação da aprendizagem contempla várias interrogações e indefinições quanto à efetivação, na prática, de uma concepção que tenha por intenção a melhoria da ação educativa.

Abordar o tema “Avaliação e Educação Infantil” é bastante complexo, porque não se pode deixar de articulá-lo a questões que lhe são pertinentes, tais como a concepção de infância na atualidade, as teorias de construção

do conhecimento, as questões curriculares e a constituição do cenário educativo para crianças de zero a seis anos.

Nesta obra, proponho-me a desenvolver os pressupostos teórico-práticos da avaliação mediadora na Educação Infantil, abordando, também, questões subjacentes ao planejamento das ações educativas como suporte para essa discussão, embora ciente da brevidade de algumas considerações teóricas, muito amplas para tratá-las em sua completude.

Avanços importantes foram alcançados por escolas e professores em relação à avaliação nos últimos anos, percebendo-se os fortes indícios de um fazer intencional e reflexivo no sentido de um processo não mais de controle e de julgamento, mas voltado ao acompanhamento individual e à promoção de oportunidades significativas de aprendizagem às crianças.

Experiências exitosas, nesse sentido, impulsionaram as escolas de Ensino Fundamental a retomar suas concepções e metodologias em avaliação, a buscar outras formas de acompanhar e registrar o desempenho dos alunos, como decorrência, também, das reflexões em torno da constituição de uma escola inclusiva, cujos princípios de respeito e valorização aos diferentes jeitos de ser e de aprender dos aprendizes estão intimamente atrelados à visão mediadora de avaliação.

Embora os avanços tenham sido significativos, resultando, inclusive, em determinações legais dos órgãos oficiais de educação nessa direção, o panorama mais amplo das instituições públicas e assistenciais, principalmente, carece ainda da construção de concepções claras e seguras, de uma prática avaliativa de natureza própria e realmente voltada à educação das crianças de zero a seis anos.

Por um lado, observo que o processo avaliativo, na concepção mediadora, ainda não se efetiva em muitas dessas instituições, mais preocupadas ainda em preencher formulários sobre rotinas, controle de sono, de alimentação e higiene das crianças. Por outro, percebo que estamos vivendo o perigo de um “exagero” na formalização de processos avaliativos em outras instituições, cujo objetivo é o de demonstrar às famílias e à sociedade que o trabalho realizado com as crianças é “sério, competente e de qualidade”. A formalização em excesso, devo ressaltar, muitas vezes acaba por desvirtuar o significado próprio da avaliação.

Não podemos negar que a concepção classificatória de avaliação, de controle e julgamento, é ainda predominante em todos os níveis de ensino. Em depoimentos e discussões, professores já enunciam uma outra visão, procesual e de acompanhamento. Mas, na prática, os modelos vividos ainda influenciam muitas de suas ações, e, como irei apontar ao longo do livro, ainda temos bastante a evoluir em todos os sentidos.

Não há razão para se proceder a uma prática de controle que resulte em posturas discriminatórias, comparativas e excludentes. Todas as crianças têm direito a conviver em um ambiente livre de tensões e pressões, independentemente de sua origem social, família a que pertença, possibilidades cognitivas, nível de desenvolvimento ou necessidades especiais que apresentem. Oportunidades educativas dos zero aos seis anos são a garantia definitiva, irrefutável, de um futuro melhor e de uma vida mais digna para todas.

Pelo viés da avaliação, pode-se cercear ou limitar essa oportunidade, traçando precocemente sobre elas apreciações negativas, pejorativas, sem lhes dar a chance de uma convivência feliz e sadia em um ambiente educativo que deve ser pensado e constituído para acolhê-las e respeitá-las.

Retomo, reviso e amplio, dessa forma, essa discussão, esperando oferecer aos gestores e professores, não só da Educação Infantil, mas também dos anos iniciais, uma abordagem de maior aprofundamento sobre a concepção mediadora da avaliação, para que possamos juntos continuar nossa caminhada no sentido de um olhar sensível e reflexivo sobre todas as crianças deste país.

1. O que é avaliar?

Início essa retomada pelo conceito de avaliação, porque podem ser diversas e contraditórias as concepções defendidas por diretores, professores, pais e pela sociedade em geral. Antes de se pensar em posturas e práticas avaliativas, é preciso que se discuta, nas escolas, o que todas as pessoas que ali convivem entendem por avaliação.

O termo avaliação, na concepção que será defendida neste livro, refere-se a um conjunto de procedimentos didáticos que se estendem por um longo tempo e em vários espaços escolares, de caráter processual e visando, sempre, à melhoria do objeto avaliado.

Avaliar não é julgar, mas acompanhar um percurso de vida da criança, durante o qual ocorrem mudanças em múltiplas dimensões com a intenção de favorecer o máximo possível seu desenvolvimento¹.

¹ Nesse parágrafo, encontram-se expressões que passarei a analisar para explicar melhor o significado da avaliação em seu caráter processual.

O que significa “acompanhar”? O Dicionário da Academia Brasileira de Letras (2008, p. 97) define o termo como “1. Fazer companhia a, ir junto a; seguir. 2. Seguir com o pensamento, a atenção, o sentimento”. Vamos pensar sobre as duas definições do termo “acompanhar”. Pode-se, de acordo com a primeira definição, acompanhar as crianças no sentido de “fazer-lhes companhia, de estar junto delas, observando-as, seguindo-as em seus movimentos”. Entretanto, pela segunda definição do dicionário, acompanhar pode ser “seguir-las com o pensamento, a atenção e o sentimento”. Esse é o sentido que atribuo ao termo na expressão “avaliar é acompanhar”. Ou seja, acompanhar, em avaliação mediadora, é permanecer atento a cada criança, pensando em suas ações e reações, “sentindo”, percebendo seus diferentes jeitos de ser e de aprender.

Continuando a explicitar os termos da definição, foi dito, também, que se acompanha com a intenção de “favorecer o máximo possível o desenvolvimento da criança”. É importante ressaltar que a finalidade essencial da avaliação se explicita, justamente, nessa segunda parte da sentença. Acompanha-se para quê? A intenção que nos leva a observá-la e a refletir sobre o que se vê é o que dá sentido ao processo avaliativo. Mesmo que se acompanhe e conheça todas as reações de uma criança, não se estará avaliando, no sentido pleno, se a intenção não for a de auxiliá-la, de um fazer pedagógico que contribua para o seu desenvolvimento.

Avaliar, na concepção mediadora, portanto, engloba, necessariamente, a intervenção pedagógica. Não basta estar ao lado da criança, observando-a. Planejar atividades e práticas pedagógicas, redefinir posturas, reorganizar o ambiente de aprendizagem e outras ações, com base no que se observa, são procedimentos inerentes ao processo avaliativo. Sem a ação pedagógica, não se completa o ciclo da avaliação na sua concepção de continuidade, de ação-reflexão-ação.

Um primeiro alerta sobre isso é que não se deve denominar por “avaliação”, dessa forma, os instrumentos que fazem parte do “processo de acompanhamento” das crianças, tais como pareceres descritivos, fichas, relatórios, dossiês dos alunos e outras formas de registros ou anotações. Esses registros são “instrumentos” utilizados no processo (tal como um termômetro serve para medir a febre de um paciente). O instrumento, como tal, não pode ser denominado de “avaliação”. Ele integra o processo. Como ferramenta, só adquire sentido à medida que auxilia a tornar o acompanhamento e o fazer pedagógico mais significativos, como irei desenvolver ao longo deste livro.

Um segundo alerta importante é que o processo avaliativo está fundamentado em sentimentos e percepções dos avaliadores, uma vez que se interpreta o que se observa das crianças. Interferem na avaliação nossos valores morais, concepções de educação, de sociedade e de infância, entre outros. Tais concepções regem com muita